

Mitsui & CO. (Brasil) S.A. CNPJ nº 61.139.697/0001-70																								
Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)																								
Relatório da Diretoria: Prezados Senhores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Colocamo-nos à inteira disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 27 de abril de 2022. A Diretoria.																								
Balanços Patrimoniais					Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido																			
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes de exercício anteriores	Reserva de lucros	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		Participação de não controladores	Total										
	2021	2020	2021	2020							2021	2020												
Caixa e equivalentes de caixa	137.201	191.284	140.707	198.310	-	-	-	-	-	14.330	248.554	248.554	15.351	263.905										
Contas a receber - terceiros	2.259	1.609	2.259	1.609	-	-	-	-	-	-	-	-	4.976	19.306										
Estoques	337	338	337	338	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Créditos com partes relacionadas	13.365	9.632	18.646	9.592	-	716	-	-	-	(716)	-	-	-	-										
Impostos a recuperar	742	445	742	445	-	-	-	-	-	2.074	2.074	2.074	-	2.074										
Outros créditos	1.885	787	1.888	790	-	-	-	-	-	(3.403)	(3.403)	(3.403)	-	(3.403)										
Total do ativo circulante	155.789	204.095	164.579	211.084	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.882)	(2.882)										
Não Circulante: Realizável a longo prazo:																								
Aplicações financeiras	-	-	28.542	32.522	-	-	-	-	(119)	119	-	-	-	-										
Créditos com partes relacionadas	56.019	4.019	56.019	4.019	-	-	-	-	-	18.625	261.555	261.555	17.445	279.000										
Impostos a recuperar	1	1	4.393	5.612	-	-	-	-	-	20.640	20.640	20.640	5.903	26.543										
IR e contribuição social diferidos	2.453	4.384	2.453	4.384	-	1.032	-	-	-	(1.032)	-	-	-	-										
Depósitos judiciais	660	600	9.644	9.290	-	-	-	-	-	(4.902)	(4.902)	(4.902)	-	(4.902)										
Investimentos:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.210)	(10.210)	(10.210)	(1.650)	(11.860)										
Investimentos em controladas e coligadas	58.822	55.180	30.472	24.365	-	-	-	-	(15)	15	-	-	-	-										
Outros investimentos	107	107	107	107	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Imobilizado	13.936	16.140	13.936	16.146	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Ativos de direito de uso	908	413	908	413	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Intangível	8	24	427	443	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Total do ativo não circulante	132.914	80.868	146.901	97.301	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Total do Ativo	288.703	284.963	311.480	308.385	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Passivo e Patrimônio Líquido					Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido																			
Circulante	Controladora		Consolidado		Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes de exercício anteriores	Reserva de lucros	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		Participação de não controladores	Total										
	2021	2020	2021	2020							2021	2020												
Fornecedores	75	2	75	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Contas a pagar	1.245	951	1.346	1.022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	5.349	5.521	5.989	6.154	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Obrigações tributárias, incluindo imposto de renda e contribuição social a recolher	2.437	1.346	2.476	1.359	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Obrigações com partes relacionadas	1.915	7.718	1.915	7.718	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	4.902	3.403	4.902	3.403	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Arrendamentos (direito de uso) a pagar	630	413	630	413	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Outras obrigações	59	-	68	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Total do passivo circulante	16.612	19.354	17.401	20.071	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Não Circulante: Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas																								
Arrendamentos (direito de uso) a pagar	4.742	4.026	5.032	9.286	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Total do passivo não circulante	5.181	4.054	5.471	9.314	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Patrimônio Líquido: Capital social	238.569	238.569	238.569	238.569	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Reserva legal	2.185	1.153	2.185	1.153	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Reserva de capital	1.766	1.766	1.766	1.766	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Ajustes de avaliação patrimonial	1.427	1.442	1.427	1.442	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Ajustes de exercícios anteriores	(173)	-	(173)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Reserva de lucros	23.136	18.625	23.136	18.625	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora	266.910	261.555	266.910	261.555	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Participação de não controladores	-	-	21.698	17.445	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Total do patrimônio líquido	266.910	261.555	288.608	279.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	288.703	284.963	311.480	308.385	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras																								
1. Contexto Operacional: A Mitsui & Co. (Brasil) S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na cidade de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.842 - 23º andar. A Companhia tem como objetivos principais: (a) a intermediação de negócios; (b) a participação societária em outras sociedades, principalmente do Grupo Mitsui, do qual a Companhia faz parte, na qualidade de sócia, cotista ou acionista; e (c) a comercialização, nos mercados interno e externo, de produtos primários, manufaturados e semimanufaturados, mediante compra e venda, exportação e importação. A estrutura societária da Companhia tem a Mitsui & Co. Ltd. (Japão) como controladora por meio da participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui investimentos diretos ou indiretos nas seguintes sociedades: Fertilizantes Mitsui Indústria e Comércio Ltda. ("FM") - controlada: A FM tinha como objetivo a industrialização e comercialização de fertilizantes e adubos, e teve suas operações descontinuadas em 2010. Tri-Net Logística do Brasil Ltda. ("Tri-Net") - controlada: A Tri-Net tem como principal objetivo a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, como sócia, acionista ou cotista. A Tri-Net atualmente possui participação societária na Japão Logística Ltda., que, por sua vez, possui participação societária na Librappor Campinas S.A. ("Librappor"), cujas atividades estão concentradas na operação, movimentação e armazenamento de cargas e contêineres em estação aduaneira de interior no Município de Campinas - SP, sob a permissão da Superintendência da Receita Federal. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras, controladora e consolidado, são de responsabilidade da Administração da Companhia e compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme Orientação Técnica OCP 07. 2.2. Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações das controladas FM e Tri-Net. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis aquelas estabelecidas pela Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas compreendem os seguintes procedimentos: • Eliminação dos direitos e das obrigações, das receitas, dos custos e das despesas decorrentes de negócios realizados entre as sociedades incluídas na consolidação. • Eliminação do investimento na controladora contra o patrimônio líquido das controladas. • Identificação da participação dos não controladores no resultado das controladas consolidadas e no balanço patrimonial consolidado no patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora. 3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, controladora e consolidado. a) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas e serviços e os respectivos custos são registrados quando as seguintes condições são satisfeitas: • A Companhia transferiu ao comprador o controle relacionado à propriedade dos produtos. • A Companhia não mantém envolvimento contínuo na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade, tampouco controle efetivo sobre tais bens. • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade. • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. • O estágio de execução da transação ao término do período de reporte dos serviços pode ser mensurado com confiabilidade. • As despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, podem ser mensuradas com confiabilidade. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos pela Companhia. b) Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"), sendo, nesse caso, o Real (R\$). c) Transações e saldos em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se das taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado. d) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado, quando houver. Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar a fornecedores, sendo reconhecidos pelo custo amortizado. e) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediata ou convertíveis em um montante conhecido de caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, sem prazos fixados para resgate, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. f) Contas a receber e provisão para perda de crédito esperada: As contas a receber são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise dos valores a receber em atraso e de recebíveis para os quais a Companhia e suas controladas não dispõem de garantias para fazer face às perdas prováveis na realização. g) Estoques: Apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo custo PEPS. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. h) Imobilizado: Demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável																								
Saldos em 31 de Dezembro de 2019					238.569	437	1.766	1.561	-	6.221	248.554	248.554	15.351	263.905										
Lucro líquido do exercício					-	-	-	-	-	14.330	14.330	14.330	4.976	19.306										
Constituição de reserva legal					-	716	-	-	-	(716)	-	-	-	-										
Reversão dividendos propostos exercício anterior					-	-	-	-	-	2.074	2.074	2.074	-	2.074										
Dividendos propostos do exercício					-	-	-	-	-	(3.403)	(3.403)	(3.403)	-	(3.403)										
Dividendos pagos no exercício					-	-	-	-	-	-	-	-	(2.882)	(2.882)										
Ajustes de avaliação patrimonial					-	-	-	(119)	-	119	-	-	-	-										
Saldos em 31 de Dezembro de 2020					238.569	1.153	1.766	1.442	-	18.625	261.555	261.555	17.445	279.000										
Lucro líquido do exercício					-	-	-	-	-	20.640	20.640	20.640	5.903	26.543										
Constituição de reserva legal					-	1.032	-	-	-	(1.032)	-	-	-	-										
Dividendos propostos do exercício					-	-	-	-	-	(4.902)	(4.902)	(4.902)	-	(4.902)										
Dividendos adicionais de exercícios anteriores					-	-	-	-	-	(10.210)	(10.210)	(10.210)	(1.650)	(11.860)										
Ajustes de avaliação patrimonial					-	-	-	-	(15)	15	-	-	-	-										
Ajustes de exercícios anteriores					-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Saldos em 31 de Dezembro de 2021					238.569	2.185	1.766	1.427	(173)	23.136	266.910	266.910	21.698	288.608										
Demonstrações do Resultado					Demonstrações dos Fluxos de Caixa					Controladora Consolidado														
Operações Continuadas					Operações Continuadas					Operações Continuadas														
Receita Operacional Líquida					Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais														
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados					Lucro operacional antes do IR e da CS					Lucro operacional antes do IR e da CS														
Lucro Bruto					Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:														
Despesas Operacionais e Equivalência Patrimonial					Depreciação e amortização					Depreciação e amortização														
Vendas					Equivalência patrimonial					Equivalência patrimonial														
Gerais e administrativas					Variação cambial não realizada sobre contas a receber e contas a pagar					Variação cambial não realizada sobre contas a receber e contas a pagar														
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas					Reversão para realização de ativos					Reversão para realização de ativos														
Resultado de equivalência patrimonial					Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas					Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas														
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro					Baixa de imobilizado					Baixa de imobilizado														
Resultado Financeiro, Líquido					Despesa de juros - arrendamento (direito de uso)					Despesa de juros - arrendamento (direito de uso)														
Lucro Operacional antes do IR e da CS					Receita de juros sobre empréstimo para partes relacionadas					Receita de juros sobre empréstimo para partes relacionadas														
IR e CS: Correntes					Diferidos					Diferidos														
Lucro Líquido do Exercício das Operações Continuadas					20.939					17.054					26.296					22.028				
Operações Descontinuadas					Operações Descontinuadas					Operações Descontinuadas					Operações Descontinuadas									
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício das Operações Descontinuadas de Controlada					247					(2.724)					247					(2.724)				
Lucro Líquido do Exercício					20.640					14.330					26.543					19.304				
Atribuível A: Participação de controladores					20.640					14.330					26.543					19.304				
Participação de não controladores					5.903					4.974					26.543					19.304				
Lucro Líquido por Ação (Básico e Diluído) - R\$																								
Proveniente das operações continuadas e descontinuadas																								
Controladora					Consolidado					Controladora					Consolidado									
2021					2020					2021					2020									
20.640					14.330					26.543					19.304									
Ajustes de avaliação patrimonial					15					119					15					119				
(173)					(173)					(173)					(173)									
Resultado Abrangente Total do Exercício					20.462					14.449					26.366					19.423				
Resultado Abrangente Atribuível A					20.462					14.449					26.366					19.423				
Participação de não controladores					-					-					5.904					4.974				
acumuladas, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. i) Intangível: Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados nas datas de encerramento dos exercícios, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. j) Arrendamentos: A Companhia registra o direito de uso dos ativos arrendados no início do contrato pelo seu custo, que inclui a soma do saldo do passivo de arrendamento, custos diretos iniciais, pagamentos antecipados e custos estimados de desmontar, remover ou reformar menos incentivos recebidos. Após o reconhecimento inicial o passivo de arrendamento é atualizado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os valores registrados são mensalmente atualizados através da dedução de sua depreciação e dos juros incorridos. O passivo de arrendamento é remensurado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança no índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) mudanças na avaliação se a Companhia exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário - a Companhia considere, para todos os contratos, taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares aos ativos arrendados na data de assinatura do contrato. As taxas adotadas pela Companhia consideram o custo de capitalização baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário), somado a um spread de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. Depreciação do ativo de direito de uso - a vida útil desses ativos é o prazo contratual deduzidos de quaisquer perdas por valor recuperável. A Companhia adota a alocação da depreciação do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear. Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento - O encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil. Valor recuperável do ativo de direito de uso - A Companhia continuará aplicando o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, sem que efetuará periodicamente avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais, avaliação de rentabilidade das unidades. k) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: O valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis é avaliado anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda, a ser registrada no resultado, quando identificada, corresponde ao maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda do ativo. l) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação nas datas de encerramento dos exercícios, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. A provisão para riscos está atualizada até o fim de cada exercício pelo montante provável de perda, observada sua natureza, e apoiada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas. m) Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes: Registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos), acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável. n) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O IRPJ e a CSLL diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias nas datas de encerramento dos exercícios entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas de encerramento dos exercícios e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. o) Investimentos: Os investimentos em empresas coligadas e controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Os demais investimentos são mantidos ao valor de custo ajustado ao valor de mercado, quando este for menor. A controlada descontinuada em 2010 foi apresentada como operação descontinuada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme o pronunciamento técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, que sumariamente requer que tais operações descontinuadas sejam segregadas e apresentadas em separado das operações continuadas nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa. p) Ajuste a valor presente: Os ativos e passivos de curto prazo, quando relevantes, devem ser ajustados a valor presente. q) Receita operacional: A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de performance e/ou os serviços são concluídos. A Companhia reconhece provisão para linearização da receita de serviço de assessoramento com base nas modificações de contratos, quando há revisão dos preços estabelecidos em seus contratos com suas partes relacionadas, uma vez que os serviços restantes foram parte da única obrigação de performance que é parcialmente satisfeita na data da modificação do contrato, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. r) Novas normas, alterações e interpretações de normas revisadas vigentes e ainda não vigentes. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas:																								
Norma ou interpretação															Descrição									
CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020)															Contrato de seguros									
Alterações à CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R																								